

A IDEOLOGIZAÇÃO DA NATUREZA E SEUS REFLEXOS

THE IDEOLOGIZATION OF NATURE AND ITS REFLEXES

LA IDEOLOGIZACIÓN DE LA NATURALEZA Y SUS REFLEJOS

Valter Casseti

Professor aposentado IESA-UFG
valcasseti@gmail.com



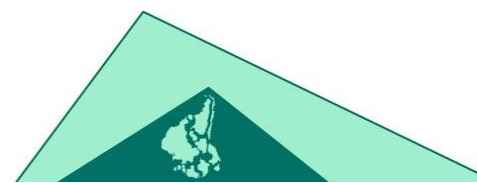
Destaques

- Só com as novas bases do pensamento, influenciadas por Hegel (dialética), Darwin (evolucionismo) e posteriormente Marx & Engels (materialismo dialético), é que o conceito de Natureza será repensado;
- A expressão Natureza é entendida apenas como o conjunto dos fenômenos que existem segundo regras necessárias ou leis do pensamento;
- A natureza tem sua própria dinâmica, razão pela qual tem como princípio a instabilidade de processos na escala de tempo;
- A percepção, que também pode ser definida como impressão ou intuição, nem sempre está associada a referências concretas;

RESUMO

A síntese da herança conceitual de Natureza, procura mostrar a sua externalização, sobretudo a partir do iluminismo. Mesmo com o evolucionismo e perspectiva marxiana, os avanços tecnocientífico intensificaram o processo de apropriação da Natureza (suporte e recursos), legitimando ideologicamente a importância desenvolvimentista, incorporada ao inconsciente coletivo. Como resultado, ampliaram-se os impactos ambientais decorrentes dessa apropriação, produzindo sucessivas anomalias, como as atribuídas na atualidade, às “mudanças climáticas”. Não bastando, a propriedade como base do sistema de produção, fundado no espaço-mercadoria, reserva às classes mais pobres os compartimentos de risco, submetendo essa população aos “azares da natureza”. Esse resultado expressa as relações de domínio e suas estratégias que partiram da externalização da natureza para a externalização do proletariado, em perspectiva neomalthusiana.

Palavras-chave: Conceito de Natureza. Natureza externalizada. Natureza ideologizada. Impactos ambientais. Impactos sociais.



ABSTRACT

The synthesis of the conceptual heritage of Nature seeks to show its externalization, especially since the Enlightenment. Even with evolutionism and the Marxian perspective, techno-scientific advances intensified the process of appropriating nature (support and resources), ideologically legitimizing the importance of development, incorporated into the collective unconscious. As a result, the environmental impacts resulting from this appropriation have increased, producing successive anomalies, such as those currently attributed to "climate change". Not only that, but property as the basis of the production system, based on commodity space, reserves the risk compartments for the poorest classes, subjecting this population to the "misfortunes of nature". This result expresses the relations of domination and their strategies, which started from the externalization of nature to the externalization of the proletariat, in a neo-Malthusian perspective.

Keywords: Concept of Nature. Externalized nature. Ideologized nature. Environmental impacts. Social impacts.

RESUMEN

La síntesis del patrimonio conceptual de la Naturaleza pretende mostrar su externalización, especialmente a partir de la Ilustración. Incluso con el evolucionismo y la perspectiva marxiana, los avances tecnocientíficos intensificaron el proceso de apropiación de la naturaleza (soporte y recursos), legitimando ideológicamente la importancia del desarrollo, incorporado al inconsciente colectivo. Como resultado, los impactos ambientales de esta apropiación se han incrementado, produciendo sucesivas anomalías, como las que actualmente se atribuyen al "cambio climático". No sólo eso, sino que la propiedad como base del sistema productivo, basado en el espacio mercantil, reserva los compartimentos de riesgo para las clases más pobres, sometiendo a esta población a las "desgracias de la naturaleza". Este resultado expresa las relaciones de dominación y sus estrategias, que parten de la externalización de la naturaleza para llegar a la externalización del proletariado, en una perspectiva neomalthusiana.

Palabras clave: Concepto de naturaleza. Naturaleza externalizada. Naturaleza ideologizada. Impactos ambientales. Impactos sociales.

INTRODUÇÃO

O tema apresentado busca fazer uma abordagem resumida sobre a herança conceitual da Natureza e seu conteúdo ideológico. No princípio sai uma Natureza virtuosa, que mesmo restrita ao acesso do homem primitivo, passa a ser vista em uma perspectiva hostil a partir de sua domesticação¹. Assim, se iniciam as relações de

¹ Para Michelet (1831, p.89), o homem rompe com a natureza para sair da inércia do fatalismo: "a ordem natural e fatal" das coisas.

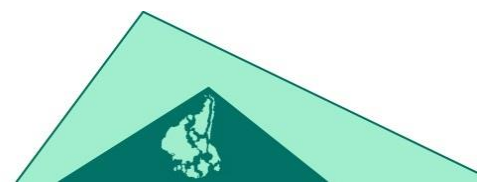


dominação. Primeiro, como valor de uso, para atender aos próprios instintos de sobrevivência, e depois, como valor de troca, quando então, assume efetivamente a condição de mercadoria. É a partir daí que, sendo dominada e submetida como suporte e recurso, indispensáveis à produção humana, vai sendo ideologizada para atender aos interesses de um sistema de produção em desenvolvimento. Assim nasce a sua “externalização”, deixando de constituir a natureza do homem, para se converter em algo alheio à natureza humana. Essa ideologização atravessa séculos e vai produzir as bases da ciência moderna, tendo Descartes e depois Kant, como precursores, dominando a vida intelectual do Século XX.

Só com as novas bases do pensamento, influenciadas por Hegel (dialética), Darwin (evolucionismo) e posteriormente Marx & Engels (materialismo dialético), é que o conceito de Natureza será repensado, embora de forma incipiente, uma vez que a sua externalização estava ideologicamente consolidada há mais de três séculos e incorporada ao inconsciente coletivo.

Os escritos de Marx & Engels, em *A ideologia Alemã*, prenunciavam um futuro de preocupação para as forças produtivas, onde se insere a Natureza, representada pela propriedade privada, advertindo para a possibilidade de se converterem, para a maioria, em “forças destrutivas”. Jonas (2004), além de outros, passaram a atribuir ao desenvolvimento tecnocientífico a razão dos perigos. “... não é mais a natureza amiga e o homem também não é mais seu amigo” (Santos, 1992, p.6).

O futuro bate às portas, não só em função das sucessivas crises do capitalismo, com profundas implicações nas desigualdades socioeconômicas produzidas, como também nos impactos decorrentes da apropriação e exploração espontaneista associados ao grande capital, a exemplo das mudanças climáticas. Ao comentar esse assunto, procura-se evidenciar o cuidado com as novas estratégias ideológicas, que buscam manter não só a subjugação da Natureza aos interesses do sistema mundializado, como também convertê-la em vilã ao atribuir aos impactos ambientais um caráter hostil, isentando-os das responsabilidades humanas.



A HERANÇA DA EXTERNALIZAÇÃO DA NATUREZA

O conceito filosófico de natureza sempre se pautou como algo externo ao homem, o que acaba justificando o dualismo na Geografia por representar suas bases existenciais como objeto de estudo.

Inicialmente a Natureza era vista como amiga, mesmo com seu domínio limitado pela baixa capacidade primitiva do homem; contudo, ao ser domesticada, passa a ser percebida como objeto externo, compondo as Forças Produtivas na estrutura em desenvolvimento. Torna-se algo mensurável, quantificável, um sistema de forças que atuam entre corpos materiais, influenciando o pensamento que dominou as idades média e contemporânea, praticamente até o aparecimento do evolucionismo.

Retomam-se aqui alguns pontos concernentes à evolução do conceito de Natureza, com o intuito de demonstrar a sua externalização, base para o desenvolvimento da estratégia ideológica e formação do inconsciente coletivo.

Como marco histórico, parte do pensamento pré-socrático, tendo como referência o conceito de Natureza compreendido como “*Phýsis*” pelos gregos (Thales de Mileto: 624-558 aC): “princípio de movimento e substância; ordem necessária ou conexão causal; exterioridade contraposta à interioridade da consciência: o macro e o microcosmo formando uma unidade” (Gorresio, 2017 p.61), como também aquilo que singulariza algo existente, “essência ou princípio diretivo”.

O conceito de *Phýsis* tem um sentido muito abrangente, pois abarca tudo o que é em qualquer nível de ser: o céu, a terra, um animal, uma pedra, uma planta, o ser humano, mas também um sentimento, um deus, tudo que é, é uma expressão de *Phýsis*. Assim, a Natureza não é só causal, mas causa final; ela é teleológica e tende a um fim (finalismo da Natureza).

Na Idade Média, período que se estende entre os Séculos V e XV, a presença de filósofos árabes, judeus e cristãos, até então ausentes na história da filosofia, a Natureza não recebeu uma concepção específica, embora mantida a ordem macrocômica e microcômica: “o homem como parte de um macrocosmo divino”, com suas raízes vinculadas à Natureza deificada, “mesmo quando compreendida como ‘exterioridade’ de espírito, e por isso, imperfeita e descaracterizada”, fundada na teosofia medieval de Plotino (205-270 aC).

Em Copérnico, Kepler e Galileu, o conceito de Natureza é entendido ainda como ordem necessária, mas de caráter matemático, embora perdendo a noção finalista. Esse sentido dado à Natureza atravessou todo o naturalismo renascentista, até o Século XVII, quando começa a contraposição entre o homem e a Natureza, dando início à filosofia moderna com René Descartes (1596-1650). Embora esse processo tenha começado com Bacon (1561-1626), empirista inglês, Descartes foi quem rompeu com a tradição, com o desenraizamento do homem da Natureza. “De sorte que, esse eu, isto é a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e de fato é mais fácil de conhecer do que o corpo, e, ainda que nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que o eu é” (Descartes, 1637:2000², p.47). Para ele, a Natureza é um sistema ordenado e coordenado de leis que regulamentam a matéria no mundo, cuja organização é concebida pela força de Deus.

O processo de desenraizamento do homem da Natureza é corroborado por Kant (1724-1804), idealista transcendental, com sua filosofia da Natureza e da Natureza humana, que dominou a vida intelectual do Século XX. Tanto para Descartes como para Kant, a imaginação é concebida pelo monocentrismo, embora com funções distintas, já que nega a existência da realidade exterior. Kant reduziu o ser à razão (razão teórica: conhecimento; razão prática: moral), negando totalmente a existência da realidade exterior, quando coloca a Natureza na condição de dependente em relação ao sujeito conhecedor; estava instalado assim, o paradigma moderno, leitura do ser, do conhecer e do homem. Dentro desse paradigma o homem agora centrado na razão soberana (ética), apartou-se da Natureza. A expressão Natureza é entendida apenas como o conjunto dos fenômenos que existem segundo regras necessárias ou leis do pensamento. Nesse sentido, a Natureza só pode ser concebida como objeto morto. Considera três grandes críticas sobre a natureza: (i) a natureza como conjunto do conhecimento que nos é possibilitado pelo entendimento (natureza mecânico-causal); (ii) natureza que transcende nossa sensibilidade (fruto da razão que cria suas próprias leis); (iii) natureza orgânica, relação de causa e efeito de si mesma (entendimento intuitivo). Implode o paradigma da causalidade mecânica, fundada na física newtoniana.

² Ano da primeira publicação e ano da publicação do texto consultado (válido para as demais citações com exceção daqueles referentes aos anos de vida e morte do autor, nesse caso separados por hífen).

O movimento romântico (Século XVIII e início do Século XIX) foi decisivo na filosofia europeia, contrapondo-se ao movimento iluminista. O romantismo alemão teve importante papel ao questionar o paradigma da modernidade, momento em que o ser, o conhecer e o homem, foram pensados sob novas bases filosóficas, saindo do empirismo experimental e do idealismo crítico.

Mazzari (2015), faz considerações sobre as alegorias e símbolos em torno de Fausto, obra de Goethe (1749-1832) que apresenta um significado universal por “materializar o mito do homem moderno, o homem que busca dar significado à sua vida, que precisa tocar o eterno e compreender o misterioso”. Se Kant, em sua definição iluminista mostra que o lema dessa corrente filosófica (*sapere aude*) é a de induzir o homem a servir-se de sua própria inteligência, Fausto (Goethe) tem a coragem de buscar o sentido da vida através da verdade, através da razão, transformando-se em ‘preferido de Deus’”.

O paradigma de um projeto ‘fáustico’ é aquele que o próprio Goethe apresenta no último ato da tragédia, ou seja, o empenho do protagonista em conquistar terras ou mares, por meio de gigantescas obras hidráulicas, baseadas sobretudo em densa rede de pôlderes e diques (Mazzari, 2015, p.300),

Tendo como referência os países baixos (inspiração do poeta). Num sentido atualizado, Fausto teria se indignado com a passividade humana diante das potencialidades disponíveis na natureza: “Porque os homens têm que deixar as coisas serem como sempre tem sido? Não é já o momento de o homem afirmar-se contra a arrogante tirania da natureza? De enfrentar as forças naturais em nome do livre espírito que protege todos os direitos?”. Mais adiante continua:

É um absurdo que, dependendo toda esta energia, o mar apenas se mova, para frente e para trás, interminavelmente - sem nada realizar. Isso me leva à beira da angústia desesperada! Tanta energia propositalmente desatrelada! Isso desafia meu espírito para além de tudo o que já vi; Aqui, sim, eu lutaria, para a tudo isso subjugar (Goethe: 10.218-21, *apud* Bergman, 1982)³.

³ Bergman faz uso das versões de Walter Arndt (1962), e de Louis MacNeicede (1961). Nova Iorque, Oxford University: Fausto (edição Norton de Doctor Faustus, de Christopher Marlowe 1976, p. 346-55). Na edição brasileira de Fausto (Goethe, 2002), citação semelhante se dá nos versos 10.375-85: 10375: “O mar; cresce e se empola e o triste espaço/Da solitária costa cobre e inunda/Aí reinam as vagas poderosas/Retiram-se depois- nada criaram! /’te o desespero quase me angustia. 10.380: Sem resultado ver desperdiçar-se/A energia de infrenes elementos! /Eis, se excede a si mesmo o meu espírito/Quisera aí lutar,

O primeiro dos grandes idealistas alemães, Fichte (1762-1814), entende a necessidade de superar os óbices que o Espírito apresentava em relação à Natureza (a ausência de respostas por ultrapassarem as possibilidades humanas), propondo uma filosofia prática, superando obstáculos em que os limites são ampliados. O ponto de discórdia de Schelling (1775-1854) em relação a Fichte é o de condicionar o objeto ao sujeito, reproduzindo a concepção determinista da Natureza. Para Schelling, “existe uma organização na natureza, cujo princípio criador é o exterior ao Eu, mas que, no entanto, compartilha o mesmo Espírito” (Salatie, 2008). Sendo o espírito no interior da natureza semelhante ao espírito humano, há um poder produtivo ao ponto de afirmar que a natureza deve “não somente expressar necessária e originariamente as leis de nosso espírito, mas realiza-las” (Schelling, 2001, p.114). Continua, dessa forma, prevalecendo a concepção de divindade panteísta⁴.

Em síntese, ao mesmo tempo em que resgata a unidade entre subjetivo e objetivo, mantém a superioridade humana (racionalidade) como a mais elevada criação da natureza: o homem como fim último da natureza, só reconhecida através do próprio ser. Ao retomar os velhos temas da filosofia cristã da “revelação” (um Deus único), “enaltece o homem ‘caucásico’ como protagonista, ideia essa que esteve aliada ao conceito de ‘seleção natural” (Gorresio, 2017) apropriada por Malthus (1766-1834), posteriormente considerada como “darwinismo social”.

A perspectiva de uma “ordem natural”, distinta da “ordem divina” foi contemplada pelos economistas ingleses, como Smith (1723-1790), tendo como base a divisão social do trabalho, “consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente na natureza humana” (Smith, 1983, p.73). Smith enaltecia a especificidade do homem como capacidade de troca.

Em meados do Século XIX, “o modo de produção capitalista tinha se imposto de tal modo na Inglaterra e França, que Marx pode reconhecer o marco institucional das relações de produção, e, ao mesmo tempo, criticar o fundamento próprio da troca de equivalentes” (Habermans, 1968, p.67). Foi quando Mill (1806-1873) sistematizou a doutrina utilitarista em uma série de obras: a utilidade como valor supremo da ação moral,

domar tal força! /E conseguir-se pode! – Impetuosa. 10385: por mais que seja, amolda-se submissa/A um outeiro qualquer; a fúria toda/Basta a quebrar-lhe a mínima eminência, /Pequeno fosso a chama irresistível/Planos sobre planos, logo, ativa” (Goethe, 2002, p. 405).

⁴ Deus se faz Natureza para existir (necessidade) e ascende do inconsciente na Natureza para o consciente no homem (liberdade) para que este possa se autoconhecer (Salatie, 2008).

admitindo como útil tudo que serve à vida e à sua conservação, mediante um acréscimo de felicidade e bem-estar. Se Mill imaginou uma economia com indivíduos mais livres e economicamente iguais, Hunt (1989) apresentou o paradoxo iluminista e seu caráter obscuro, referindo-se ao rebaixamento do trabalho humano à condição de mercadoria na sociedade capitalista.

Hegel (1770-1831) foi o primeiro a reconhecer que o mundo da natureza e da história, está representado por *processo*, ou seja, determinado por um movimento. Contudo, manteve a concepção basilar de que essas leis, as leis que regem o processo, são impostas *de cima* à natureza e à história, como leis do pensamento, ao invés de serem deduzidas a partir da natureza e da história⁵. As leis só podem ser estabelecidas a partir da análise científica do fenômeno natural que passa necessariamente pelo experimentalismo. Não é legítimo enunciá-las na base do mero raciocínio especulativo, que não é autossuficiente⁶.

“O que em Hegel era apenas do pensamento, o materialismo pretende que seja agora *também e principalmente*, da natureza” (Branco, 1989, p.91), razão pela qual a dialética é da natureza (N>P>C), com suas três grandes leis: (i) passagem da quantidade à qualidade e inversamente; (ii) lei da interpenetração dos contrários; (iii) lei da negação da negação.

Darwin (1859:2009) considera "difícil evitar personificar a palavra natureza; mas por natureza entendo apenas a ação conjunta e o produto de leis naturais; e por leis, a sequência de eventos tal como asseverada por nós" (Darwin, 1875:2009, p. 63).

Nessa primeira definição, fica ressaltada uma concepção de natureza como sistema de leis, como o conjunto ordenado de fenômenos. Se não restringe natureza ao enfoque de algo desprovido de autonomia constitutiva, essa definição pelo menos permite colocá-la na condição de objeto que pode ser conhecida, investigada, externamente determinada, favorecendo uma visão que se pode dizer mecanicista, meramente sequencial do que nela tem lugar, sem a suposição de qualquer ação interna tendo em

⁵ Aqui deve-se lembrar que o Idealismo parte do princípio de que o Pensamento é quem elabora o Conhecimento (P>C), enquanto no Materialismo Dialético a Prática é que condiciona o Pensamento e só então é que se elabora o Conhecimento (Pr>P>C).

⁶ O conceito de “espírito do mundo” adotado por Hegel, assim como por Schelling, tem origem em Platão e nos neoplatônicos, sendo entendido como “pensamento”, o que o levou a estabelecer três níveis da razão: (i) razão subjetiva, que poderia ser entendida como o estágio ôntico do ser; (ii) razão objetiva, assumindo um caráter ontológico, e (iii) razão absoluta, como forma do conhecimento mais elevado.

vista um fim. Essa primeira definição de natureza parece prover fundamento adequado à definição do princípio de seleção natural em seu caráter de mecanismo à preservação das variações, tendo como princípio a seleção natural ou sobrevivência do mais apto, meio pelo qual se opera, nesse sistema de leis, a produção de novas espécies (Regner, 2001).

Darwin constrói um parágrafo de considerações exemplares sobre situações empiricamente dadas acerca do curso provável da seleção natural. Esse curso pode ser entendido como aquelas etapas sequenciais asseveradas pelas leis que constituem o sistema. A operação do princípio em pauta como mecanismo ordenador dos eventos e articulador das leis fica bastante clara. Fornecendo um dado conjunto de ocorrências, "a seleção natural terá escopo livre para seu trabalho de aperfeiçoamento" (Darwin, 2009, p. 63-4). Em seguida retoma as considerações sobre o poder explicativo do princípio de seleção natural:

Natureza, se me for permitido personificar a natural preservação ou sobrevivência do mais apto, não se importa nada com as aparências, a menos que sejam úteis a qualquer ser. Ela pode agir sobre cada órgão interno, sobre cada sombra de diferença constitucional, sobre a inteira maquinaria da vida. O homem seleciona apenas para seu próprio bem; a natureza, apenas para o bem do ser de que cuida (Darwin, 2009, p.65).

As definições e múltiplas conotações para ‘natureza’ mostram uma “necessária articulação entre natureza e seleção natural, visível na concepção darwiniana de luta pela existência e refletida na estrutura lógico-conceitual da obra” (Regner, 2001, p. 689). Assim, Darwin mostra um conflito entre a primeira definição (condição de sujeito autônomo da natureza, poder causal) e em seguida o poder da seleção natural, ou seja, distinção entre dois estados autônomos: parte do “estado de domesticação para, através de analogias, adentrar os processos do estado de natureza, notadamente no processo de seleção natural” (Regner, 2001, p. 694)

Engels confessa a Marx que Darwin é “simplesmente sensacional”: nunca se fez uma tentativa de uma tal envergadura para demonstrar que há um desenvolvimento histórico na natureza (Branco, 1989).

O Desencantamento do mundo

O desencantamento do mundo surge a partir da racionalização em que foi retirada do homem toda a credence de aceitar a existência de deuses e demônios como



seres vivos no meio social, os quais geravam diferentes formas de entender a vida prática do ser humano. Muitas igrejas abrem um espaço para aquelas pessoas que não conseguiram aceitar esse novo modo de construir ou perceber a existência das coisas sem a presença de determinadas criaturas ideologizadas, e para isso criaram novas religiões, com a finalidade recompor o inconsciente a partir de crença a respeito da existência de forças superiores espirituais.

O desencantamento do mundo para Max Weber abre possibilidades de aprofundamento para novas investigações, pois a partir do momento em que o homem se liberta do mundo encantado, ele acaba sendo influenciado também por outros meios que o coloca em uma dimensão diferente, com a qual acaba sendo preso novamente, agora não mais pelas forças mágicas, mas pelas próprias formas de prisão que o mundo conduz, como: o avanço da tecnologia, a influência da informática, a aproximação das distâncias e o poder num sentido de autoritarismo que se pode perceber quando o ser humano ameaça o desejo de dominação do mundo e dele próprio (Weber, 1911:2010)⁷.

A partir de então, a ciência passa a se caracterizar como instrumento de legitimação do sistema vigente, uma vez que se estrutura numa filosofia idealizada, onde o positivismo e suas derivações respondem por uma lógica formal, incorporada ao inconsciente coletivo. Externalizada a natureza, a ciência passa a desenvolver dois campos de conhecimento distintos: as ciências naturais e as ciências sociais, onde a primeira responde exclusivamente pela natureza, e a segunda pela sociedade, dicotomizando a ideia de uma Natureza integral. O conceito dual torna-se exacerbado, em nome do desenvolvimento produtivista liberal, momento que se resgata as bases baconianas (Bacon:1561-1626): ideologizar a natureza como “hostil”, instigando o conhecimento para a sua dominação, princípio contido em Gêneses, de que o homem nasceu para dominar.

Nesse contexto dual, composto pelo racionalismo ilustrado e o romantismo de Goethe, difundidos por Humboldt, além do formalismo neoplatônico de Ritter, incluindo o positivismo de Comte (1758-1857), consubstanciaram a concepção epistemológica da Geografia tradicional.

⁷ Para Bornheim (1990), a vontade de dominação histórica justifica o seu conceito de que “o homem não é um ser natural”

Para Habermans (1968), a tecnificação da ciência passa a disseminar uma “ideologia de compensação”, fundada na extinção das diferenças entre práxis e técnica, que redundam na cientificação da técnica como primeira força produtiva, enfraquecendo a teoria do valor-trabalho, e como compensação a pacificação dos conflitos das classes sociais. A tecnificação como fator de conversão das forças produtivas em destrutivas é hoje resgatada por Jonas (2004).

Novas perspectivas conceituais sobre a Natureza

Marx & Engels, em *A ideologia alemã* (1845-46:2001) observam que:

Não podemos, evidentemente, fazer aqui um estudo da constituição física dos homens, nem das condições naturais já encontradas pelos homens – geológicas, oro-hidrográficas, climáticas e outras. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens...é ao mesmo tempo consciência da natureza que, a princípio, aparece aos homens como um poder completamente estranho, onipotente, inexpugnável, com o qual os homens se relacionam de maneira puramente animal e perante o qual se deixam impressionar como o gado; é, portanto, uma consciência puramente animal da natureza (religião natural). Vê-se logo que essa religião natural, ou esta relação determinada com a natureza, é condicionada pela forma da sociedade e vice-versa. Aqui, como em toda parte, a identidade entre o homem e a natureza aparece de modo a indicar que a relação limitada dos homens com a natureza condiciona a relação limitada dos homens entre si, e a relação limitada dos homens entre si condiciona a relação limitada dos homens com a natureza, exatamente porque a natureza ainda está pouco modificada⁸ pela história (Marx; Engels, 2001, p. 44).

Partem do princípio de que o mundo natural é anterior e causalmente independente de qualquer forma de espírito ou de consciência. É, portanto, a partir da consciência da natureza que o homem se apropria de seus processos para atender aos interesses fundados nas relações sociais de produção.

Certamente, em tudo isto, a prioridade da natureza exterior subsiste, e tudo isto não pode ser aplicado aos homens primitivos produzidos por *generatio aequivoca* (geração espontânea), mas esta diferenciação só tem sentido na medida em que o homem é considerado como distinto da natureza. De resto, a natureza, a natureza que precede a história humana, não é de forma alguma a natureza na qual vive Feuerbach⁹, é

⁸ o “pouco modificada” refere-se ao período em que escreveram *A Ideologia alemã*: 1845-46.

⁹ A crítica a Feuerbach refere-se ao “ateísmo antropológico”.



natureza que hoje já não existe em parte alguma (Marx; Engels, 2001, p. 69).

Tem-se assim o processo de externalização da natureza como estratégia ideológica para a legitimação da apropriação privada dos meios de produção.

E continuam:

Destruí onde foi possível, a ideologia, a religião, a moral etc., e onde não pode fazê-lo converteu-as em mentiras palpáveis. Foi ela que engendrou a história mundial, na medida em que tornou cada nação civilizada e cada indivíduo membro dela, independentes do mundo inteiro para a satisfação de suas necessidades, e que destruiu o anterior caráter exclusivista e natural das diferentes nações. Subsumiu a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho sua última aparência de naturalidade (*Naturwüchsigkeit*). Destruí em geral a naturalidade, tanto quanto isto é possível no interior do trabalho, e dissolveu todas as relações naturais em relações monetárias (Marx; Engels, 2001, p. 94).

Mais adiante fazem um profundo diagnóstico dessas transformações, engendrando uma massa de forças produtivas onde a propriedade privada se tornou um entrave, como havia sido a corporação para a manufatura e o pequeno empreendimento agrícola para o progresso do artesanato. Assim concluem que

“Essas **forças produtivas** (grifo nosso), sob o regime da propriedade privada, experimentam apenas um desenvolvimento unilateral, convertem-se para a maioria em **forças destrutivas** e grande quantidade delas não encontram a menor utilização sob este regime” (Marx; Engels, 2001, p. 95).

No capítulo sobre as “formas de propriedade e instrumentos de produção naturais e civilizados”, (A ideologia alemã), Marx; Engels (2001, p. 102), sobre o início da civilização escrevem:

No primeiro caso, a troca é essencialmente troca entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho dos primeiros é trocado pelos produtos da natureza; no segundo caso, é predominantemente uma troca dos homens entre si...No primeiro caso, a dominação do proprietário sobre os não-proprietários pode descansar nas relações pessoais, numa espécie de comunidade; no segundo caso, deve ter tomado uma forma reificada em uma terceira coisa, o dinheiro (Marx; Engels, 2001, p. 102).



Marx (1857-58:2011), nos manuscritos econômicos (Grundrisse) retoma a questão da natureza: “A natureza é para a humanidade, uma questão de utilidade, e não uma força em si mesma. A finalidade de procurar conhecer as leis autônomas da natureza é sujeitá-la às necessidades humanas, como um objeto de consumo ou meio de produção”. Essa questão se insere nas relações entre valor de uso e valor de troca.

Em “O Capital”, Marx (1867:1988, p.142), aborda a questão tida como segunda natureza no ‘processo de trabalho’:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida... (Marx, 1867:1988, p.142).

No “Dicionário do Pensamento Marxista”, editado por Bottomore (1983), existem pelo menos duas vertentes que tratam da mediação da história humana e das finalidades humanas na ideia da natureza: (i) Materialismo dialético, que tem Engels (1833:1979), na “A dialética da natureza”, onde a natureza “não é considerada primordialmente em termos das mediações sociais humanas”, ou seja, a natureza não é fruto de uma produção humana; (ii) Realismo, também fundada no Materialismo dialético, difere por apresentar uma formulação mais positiva.

O grupo do materialismo dialético funde conceitos da natureza e as ciências num conjunto único de leis dialéticas. Os realistas tendem a ver conceitos de natureza através dos métodos e pressupostos das ciências físicas e fundamental as ciências humanas nas descobertas da biologia (Young, 1983, p.277).

No mesmo dicionário, Mihailo Markovic apresenta o conceito de “Natureza Humana”, o que equivaleria ao da Segunda Natureza para muitos autores. É um conceito descritivo que envolve a questão do valor (as concepções normativas tendem a ter função ideológica).

Marx refere-se a sua posição a respeito como uma unidade de naturalismo e humanismo. Naturalismo é a visão de que o homem é parte da natureza. Ele não foi criado por uma entidade espiritual transcendental, mas é o produto de uma longa evolução biológica que,



em certo ponto, inicia uma nova forma específica de desenvolvimento, a história humana, caracterizada por uma maneira de agir autônoma, auto reflexiva e criativa: a Práxis. O homem é, portanto, essencialmente um ser da práxis. O humanismo é a concepção de que, como ser da práxis, o homem tanto transforma a natureza como cria a si mesmo; adquire um controle cada vez maior sobre as forças naturais cegas e produz um novo ambiente natural humanizado (Markovic, 1983, p. 279).

“Contrariamente à história da humanidade que se desenrola no tempo... à natureza só se atribuía um desenvolvimento no espaço” (Engels, *apud* Branco (1989, p. 83).

“A natureza tinha como asserção a sua história própria’, aparentemente também não ultrapassando o tempo da vulgaridade. É a *introdução do tempo na natureza* e o concebimento dessa como processo que, em última instância, é dialético” (Branco, 1989, p. 83). Essa compreensão evolutiva da natureza tem uma argumentação filosófica, detectando-se uma ligação com o darwinismo.

Ainda segundo Engels (*apud* Branco, 1989, p. 85), “na natureza, em última instância, as coisas se processam dialética e não metafisicamente, que ela não se move na monotonia eterna de um ciclo permanentemente repetido, que passa, antes, por uma verdadeira história”. A ideia central é a de que o mundo da natureza é essencialmente um processo. Para Engels, a velha filosofia da natureza tinha, sobretudo sob a sua forma hegeliana, o defeito de não reconhecer na natureza a evolução do tempo, a ‘*sucessão*’, mas unicamente uma ‘*justaposição*’.

O defeito reside em não perceber o mundo natural como *processo*, entendendo-o como conjunto contínuo de mudanças no tempo. É uma sucessão que ocorre no tempo e não apenas no espaço. Esta é a primeira característica fundamental, motivadora de uma revolução: dá-se a passagem da história natural à *história da natureza*, que se faz derivar da introdução do tempo na natureza (Branco, 1989, p. 86).

Para Engels, a Natureza é vista como realidade independente, um novo tipo de alteridade entre os fenômenos da natureza inorgânica e os fenômenos da evolução biológica, psíquica, social, e como consequência disso, a possibilidade de uma ciência *histórico-dialética* da natureza. Essa distinção evidencia ao homem que só é possível conhecer as coisas como aparecem à mente (provenientes da prática, da observação,



experimentação...), jamais em si mesmas, seja pelas ideias inatas cartesianas, seja pela ideia como cópia exata da sensação (Prestipino, 1977).

Essa postura foi por nós adotada (Casseti, 2009), ao utilizar o conceito de “externalização da natureza”¹⁰. Essa questão funda-se no conceito de Natureza de Marx & Engels (2001), onde consideram o regime unilateral da propriedade privada capaz de converter as forças produtivas (natureza, homem e técnica) em forças destrutivas, que na perspectiva de Jonas (2004) e Foltz (2000), esse perigo funda-se na própria tecnologia moderna. As intervenções humanas intensificadas na Natureza externalizada, já mostram sinais de clivagem, a exemplo das mudanças climáticas, utilizadas como argumento para justificar os impactos ambientais, o que acaba sendo apropriado como razão ideológica, em uma perspectiva malthusiana; os ditos “azares da natureza.

O pensamento de Descartes, que tem como ponto de partida a teoria da vida em uma perspectiva dualista, tornou-se incompreensível na medida em que torna o homem a substância pensante, “o homem e a substância extensa, uma posição superior do homem em relação aos demais seres que estariam à sua disposição como um meio”

Para Heidegger, o pensamento cartesiano, devido a essa dualidade, representa sérios desdobramentos para o pensamento contemporâneo e, sobretudo, quando se instaura a técnica.

Partindo desse princípio, propõe a necessária mudança dos hábitos e atitudes perante a Natureza, porque as relações entre os outros homens não são inalteráveis como as de uma espécie animal. Reporta-se ao pensamento de Aristóteles sobre a civilização, entendendo como conveniente alcançar um equilíbrio sustentável entre necessidades legítimas e meios para sua satisfação (Garção, 2012). Essa é a razão pela qual a atual civilização tem a responsabilidade de alcançar esse equilíbrio: compreender o conceito de Natureza, que se origina da palavra grega *physis* (Heidegger, 1959, p.125), que significa crescer, vir à luz, “o que é espontaneamente o que subsiste em si mesmo”. Assim a Natureza se caracteriza não somente como lugar para o sustentáculo da vida, mas também palco de uma relação do homem com a terra, com suas bases, com a possibilidade de salvá-la e de nela morar, o que significa preservar e proteger, “deixar que seja e que

¹⁰ O desencantamento da natureza como forma de legitimação da apropriação privada e espontaneista da natureza, responsável pelas desigualdades socioeconômicas e consequentes impactos ambientais.

permaneça aquilo que é”. A intervenção humana sobre a Natureza destrói, prejudica o equilíbrio da vida, com sérias consequências futuras.

Nesse sentido, Heidegger considera premente uma ação desconstrutiva do conceito metafísico de Natureza, propondo a auto emergência, partindo do princípio de que “a terra está presente como aquilo que essencialmente se abriga em tudo o que emerge” (Heidegger, *apud* Garção, 2012, p.6).

Jonas (1979:2004), ao falar da questão existencial contida em Heidegger, ressalta a superioridade orgânica do homem em relação aos demais animais, o que aumenta a responsabilidade para com a vida, parte da mesma natureza. Foltz (2000, p.154) demonstra como Heidegger desconstrói o conceito de natureza como simplesmente presente até a auto emergência partindo do conceito de natureza como simplesmente presente.

Essa existência, ao invés de colocar o homem em um patamar organicamente superior aos demais seres vivos, “possuidor de uma alma imortal e conseqüentemente fora de toda Natureza”, deveria se atribuir uma maior responsabilidade com a vida por ser parte da mesma Natureza.

Jonas (2004) observa que “pensar sobre a essência do ser, é tentar descobrir o caminho do ser, questionar sobre qual deve ser o verdadeiro fim da humanidade, a *verdade* ou a *utilidade*”.

Mais uma vez Foltz (2000, p.168) chama a atenção é para

Aquilo de que a terra deve ser salva é da tecnologia moderna, para a qual a terra e a sua atmosfera se tornaram matéria-prima, isto é, matéria ou material, no sentido mais extremo e mais real. O conceito metafísico de matéria encontra a sua realização na tecnologia moderna, na qual a terra não é apreendida meramente como material, mas plena exclusivamente revelada e agida como material inteiramente disponível e inteiramente maleável. É através deste processo que ocorre aquilo a que Heidegger chama a devastação da terra.

Parte do princípio de que a Natureza devastada não consegue renascer, sobreviver, pois a tecnologia faz surgir em seu lugar extensas terras ocupadas por produtos de exportação ou grandes criações de animais. “A radical ofuscação do caráter auto isolante, sustentador e nutridor da terra, uma ocultação que faz com que a dita ameaça seja possível” (Foltz, 2000).

Em síntese, as ideias de Jonas (2004) e Foltz (2000) coincidem com as apresentadas por Marx e Engels (2001) na Ideologia Alemã, que parte do princípio de que o homem pertence à natureza e que por apresentar a condição pensante, deve tratá-la com habilidade. Afirmam que se pode evitar que o agir, a falta de consciência sobre o próprio agir, coloca em risco o futuro da espécie humana, o que Marx e Engels (2001) consideram como a transformação das forças produtivas em destrutivas. Portanto, a privatização dos meios de produção e o forte investimento em tecnologias, com o intuito de intensificar a exploração dos recursos proporcionados pela natureza, se constituem riscos para o próprio desenvolvimento humano. Ambos (Jonas e Foltz) destacam a tecnificação como fator de aceleração do processo de ocupação e exploração da Natureza, o que tem resultado em críticas para apresentarem uma postura “tecnofóbica”.

A IDEOLOGIZAÇÃO DA NATUREZA E O INCONSCIENTE COLETIVO

Santos (1992), observa que a ruptura progressiva entre o homem e a natureza analítica se acelera quando o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do planeta, cujo estágio supremo é alcançado com a tecnociência. Assim, “a natureza tecnicizada acaba por ser uma **natureza abstrata...**” (Santos, 1989, p.99) por afastar em definitivo o homem de seu próprio território. “A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno” (Santos, 1989, p.100). Esse desenraizamento da natureza muda exponencialmente a tensão entre a cultura objetiva e a subjetiva, produzindo equívocos de percepção, momento em que a **natureza da mídia** assume o domínio da linguagem para ampliar seu crédito e falsificar o discurso em função de interesses das forças mundiais que insistem em manter o mesmo modelo.

Nos últimos anos, tem-se atribuído às mudanças climáticas a recorrência de anomalias meteorológicas, cujos efeitos acabam sendo sentidos principalmente na escala local, o que pode ser explicado pela intensidade das intervenções humanas nos espaços urbanos. Relacionados em grande parte à temperatura e pluviosidade, essas anomalias têm aumentado exponencialmente em intensidade e frequência às intervenções.

Os fenômenos registrados não deixam de ser mais impactantes aos mais infringidos por uma condição socioeconômica “vulnerável”, levando em consideração a

apropriação do espaço como mercadoria. Assim, a ocupação permitida, consensual ou circunstancial à população desprovida de recursos, acaba sendo aquela de menor valor especulativo, áreas de reserva, ou dotadas de riscos iminentes que ao serem desencadeados, são atribuídos aos “azares da natureza”, como se os resultados das “catástrofes” não dependessem da espacialização diferencial. Essa relação evidencia clara postura hereditária malthusiana, o que reforça o conceito de uma concessão proposital das áreas de risco, embora velada pelos responsáveis. Isso tudo, estrategicamente conduzido para a redução de eventuais pressões do crescente excedente de miseráveis, produzidas pelas desigualdades socioeconômicas.

Se Malthus, no início do Século XX, pregava a necessidade da redução da população em decorrência da limitação na produção de alimentos, hoje essa não mais se constitui, ou não deveria se constituir, problema; a grande “massa silenciosa” representa preocupação ao equilíbrio do sistema, o que leva, necessariamente, a adoção de medidas de compensação ou mesmo intervenções indiretas para conter o exército de reserva inflado.

Malthus (1798:1961, p.179-80) enfatizava que

[...] se quisermos agir corretamente, devemos facilitar a ação da natureza que produz a mortalidade, ao invés de nos esforçarmos inútil e totalmente por impedi-la, em nossas cidades, deveríamos construir as ruas mais estreitas, apinhar mais gente no interior das casas e provocar o retorno das pragas. No campo deveríamos construir aldeias perto de poços de água estagnada, e sobretudo, encorajar o estabelecimento de colônias em terrenos pantanosos e insalubres...”

Tais “lições”, mesmo que circunstanciais, estão presentes nas novas estratégias ideológicas, subliminarizadas pelo pensamento liberal.

Ao contrário das intervenções dos grandes grupos econômicos, incorporadoras e demais ramificações, por manterem estreitas vinculações como os poderes constituídos, obtém as benesses para a utilização espontaneista de espaços que deveriam ser preservados, como nas orlas litorâneas ou áreas topograficamente mais movimentadas, com a implantação de condomínios destinados a classes altas, com forte poder paisagístico-atrativo. As referidas áreas, embora dotadas de maior segurança de engenharia, ficam sujeitas a anomalias, o que pode redundar em impactos, cujos passivos serão socializados com os recursos públicos. A justificativa será mais uma vez, dos

“azares da natureza”. Nesse caso, a Natureza volta a ser ideologicamente lembrada como hostil.

Natureza e o inconsciente coletivo

Sobre o inconsciente coletivo, Jung (1921:1991, p.739, *apud* Gorresio, 2017) recorre ao precursor da teoria do inconsciente coletivo, em uma relação com conceito de Natureza:

“o inconsciente é o mesmo que Natureza, e o projeto da psicologia analítica é integrar a Natureza em nós, estabelecendo um profundo diálogo com ela, e não a extirpar ou fazê-la calar... Vivemos protegidos por nossas muralhas racionalistas contra a eternidade da Natureza”.

Jung aprofunda sua compreensão do inconsciente coletivo em 1931 (*Die Entscheidung der Seele*) para mostrar ser “o inconsciente uma realidade em si mesma, uma realidade objetiva”. Gorresio (2017) separa algumas reflexões de Jung sobre o inconsciente coletivo associado à Natureza externalizada:

O inconsciente coletivo é tudo, salvo um sistema pessoal fechado, é uma objetividade vasta como o mundo e aberta ao mundo inteiro ... Lá no inconsciente coletivo, eu estou ligado ao mundo numa ligação tão mais imediata que eu esqueço muito facilmente quem eu sou na realidade (Jung, 1921:2000, p.46-47).

E continua,

[...], mas depois entenderemos que o inconsciente coletivo é como um vasto oceano, com o ego flutuando sobre ele, como um pequeno barco. Então, quando vemos isto, surge a questão se estamos contidos no oceano... os peixes são contidos no oceano... os peixes são unidades vivas no oceano: eles não são absolutamente como ele, mas estão contidos nele; seus corpos, suas funções, estão maravilhosamente adaptados à Natureza da água, a água e o peixe formam um ‘*continuum*’ vivente... Quando aceitamos este ponto de vista, temos que supor que a vida é realmente um ‘*continuum*’ e destinado a ser como é, isto é, toda uma tessitura na qual as coisas vivem com ou por meio uma da outra. Assim, árvores não podem existir sem animais, ou animais sem plantas, e talvez animais não possam ser sem o homem, ou o homem sem animais e plantas, e assim por diante. E sendo a coisa inteira uma tessitura, não é de admirar que todas suas partes funcionem juntas... porque são partes de um ‘*continuum*’ vivo (Jung, 1976, p.180).

Sabe-se que as ideias são construídas pelos homens e que são repassadas através da prática, sobretudo pela superestrutura, representada pela ideologia. É nesse processo que se acaba legitimando as informações, que são armazenados no inconsciente, que para alguns poderia ser chamado de “alma”. Portanto, o corpo é conduzido por essa “alma” que acumulou informações práticas, muitas vezes impregnadas de deformações, que independem da própria vontade.

O fato de receber e reproduzir essas práticas, o conhecimento precedente vai sedimentando e se constituindo um modo de vida, ou seja, aquilo que chamam de princípios, e que muitos se envaidecem por terem os seus inabaláveis. São esses que muitas vezes, magoam sem querer magoar, ofendem sem querer ofender, odeiam sem querer odiar. São os que assumem o micro poder, subjugando seus próximos, mulher, filhos, pessoas do círculo imediato ou mesmo extensivo. Esse comportamento é que tem sido objeto de críticas no pensamento dialético, onde se condena o preconceito de raça, de gênero, de preferência sexual, e muitos outros.

Sabe-se que o preconceito de raça nada mais é do que herança escravagista, onde o negro, para servir ao branco, era considerado um ser sem “alma” e que para isso tinha que ser dominado, espancado, amordaçado, submetido aos mais terríveis martírios, em benefício de uma casta, de um mandante. O preconceito de gênero também se explica pela herança histórica que começa com a divisão sexual do trabalho, cabendo a mulher as responsabilidades domésticas e ao homem o “sustento” do lar, como se o trabalho da mulher não tivesse valor algum, tornando-a subjugada e submissa ao poder do patriarcado, prática essa reproduzida ao longo dos tempos. Assim também com relação às outras formas de preconceito, como as preferências sexuais, onde muitos se aтем ao princípio de que deus teria criado o homem e a mulher para dar continuidade a reprodução da espécie, não havendo outra alternativa contrária à moral cristã.

É nessa leva de preconceitos que se legitimou no passado a externalização da Natureza, para dar sustentação ao sistema de exploração representado inicialmente pelo feudalismo, e depois dominado pelo capitalismo: formas de exploração do outro, com o intuito de atender aos interesses dos donos das terras, dos meios de produção, como se esses dotes fossem concedidos por um deus. E para manter esses direitos é que essa elite patrimonialista desenvolveu uma estrutura representada pelas instâncias jurídico-políticas e ideológico-culturais. As leis foram construídas para defender a propriedade e

estabelecer limites para conter os mais insurretos; a massificação ideológica foi repassada pelas religiões, pelo ensino, pela mídia..., para manter o estado de subordinação... Tudo isso foi sendo incorporado de forma natural pelo inconsciente, ou pela “alma” humana, admitidos como verdades e reproduzidos ao longo dos tempos. Legitima-se assim, o autoritarismo, essa forma de impor o domínio sobre os demais, desconsiderando os direitos dos excluídos, dos negros, das mulheres, dos homossexuais... sem que percebam, terem na “alma”, a herança de práticas construídas a partir de interesses ideológicos.

A compreensão dinâmica da Natureza

A natureza tem sua própria dinâmica, razão pela qual tem como princípio a instabilidade de processos na escala de tempo. Fala-se em escala de tempo por se diferenciarem quanto ao comportamento dos processos. Enquanto certos processos são perceptíveis na escala de tempo histórico, ou seja, humana, outros só são possíveis de serem compreendidos através de simulações por ocorrerem na escala de tempo geológico (milhares ou milhões de anos). Por ser a Natureza instável e possuir uma capacidade de resiliência, pensa-se que as intervenções sofridas são assimiladas, desconsiderando as acumulações de novas alterações em suas relações processuais, gerando desequilíbrios e consequentes ajustamentos ecodinâmico, sentidos ao longo dos tempos. Em síntese, a natureza é dinâmica, instável e de temporalidade irreversível, como apregoa Prigogine (1996). As alterações que estamos assistindo podem estar associadas a seus ajustamentos, agora com um ingrediente a mais, representado pelas intervenções tectogenéticas. Parte-se do princípio de que quanto maiores as intervenções nos processos naturais, maiores as consequências aos seres humanos.

Independente da intervenção humana, a natureza tem seu próprio ritmo instável, nas diferentes escalas de tempo, o que implica autoajuste de processos e consequentes efeitos na paisagem, como aqueles associados às alternâncias climáticas no Pleistoceno. Ou ainda, as instabilidades nas zonas sísmicas do globo, com resultados na dinâmica dos processos morfogênicos.

Mesmo considerando a possibilidade da ciclicidade dos fenômenos, necessário se faz saber que esses não se repetem nas mesmas condições tempo-espaciais e nem mesmo com as mesmas intensidades e frequências.

Já considerando a contemporaneidade, o ritmo pluviométrico em nossa região tem apresentado anomalias em relação às séries históricas. Se até então se davam com uma maior espacialização temporal, nos últimos tempos têm sido registradas com uma maior frequência (Casseti, 2020). Mesmo admitindo tratem-se de ajustamentos naturais, já que muitas alterações podem ser entendidas como ajustamentos de processos holocênicos, não se pode descartar as intervenções diretas produzidos pelo homem, com eventos anomálicos cada vez mais recorrentes, inclusive em suas intensidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conceito dos dois atores da mercadoria, valor de uso e valor de troca, e partindo do princípio de que a Natureza, ao ser externalizada, passa a ser caracterizada como uma mercadoria, conclui-se que, além de suprir as necessidades intrínsecas ao ser, torna-se objeto de troca contra valores de uso de outras espécies, “uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço... um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*valeur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*” (Marx, 1988, p.46). Duncan Foley, em seu verbete no Dicionário do Pensamento Marxista (p.402), observa que Marx não considerou relevante o conceito de valor de uso das mercadorias em geral, embora consciente do seu significado “na consciência humana em consequência do desenvolvimento da forma produção de mercadorias”. Roldolsky (2001, p.81) completa:

A troca privada de todos os produtos do trabalho, das riquezas e das atividades, entra em contradição tanto com a distribuição baseada nas relações de dominação e de sujeição dos indivíduos, sejam elas de caráter patriarcal, antigo ou feudal, quanto com a livre troca entre indivíduos associados, tendo como base a apropriação e o controle comum dos meios de produção.

Só com o aparecimento das relações de produção e troca de mercadorias, a oposição entre utilidade e trocabilidade e as resultantes contradições e enigmas da vida organizada com base na produção e troca de mercadorias, tornam-se objeto de especulação e investigação.

Também é importante perceber que a utilidade específica dos produtos depende das relações sociais e do desenvolvimento das forças produtivas em qualquer sociedade...Assim, o valor de uso da força de trabalho vem do desenvolvimento das relações de produção e troca de mercadorias, de valor e de dinheiro... é a origem da mais importante contradição social da produção capitalista: a divisão de classes entre operários e capitalistas (Marx, 1988, p.54).

Se inicialmente a Natureza era vista como virtuosa, mesmo limitada às intervenções humanas pela técnica incipiente, aos poucos vai se transmutando, de uma apropriação de uso para o de troca, crescendo numa relação geométrica ao desenvolvimento científico-tecnológico, levando assim, à busca de maior conhecimento de seus recursos, tornando-se objeto de exploração intensiva com conseqüente consolidação do sistema de produção capitalista, momento em que o desenvolvimento da tecnociência passa a assumir expressão.

A romantização da virtuosidade atribuída à natureza com o intuito de permitir a “dominação” é convertida em hostilidade, não só como forma de instigar a ocupação de novos espaços, mas sobretudo, apropriar dos seus recursos. “A natureza é inimiga, pois ela é um empecilho à realização do espírito humano, que é o exercício da liberdade. Na natureza nada de novo ocorre, pois ela é pura fatalidade” (Michelet, 2013. p.90).

Independente dos diferentes conceitos atribuídos à Natureza ao longo do processo histórico, dos pós-socráticos até os filósofos da modernidade, a natureza sempre foi identificada como um corpo alheio ao homem, como algo externo, seja ao pensamento ou ao próprio ser.

Mesmo quando assume o caráter de Forças Produtivas, a Natureza continuou a se apresentar essencialmente como recurso. Foi essa a função que manteve ao longo da existência humana desde a sua “domesticação”.

Além da sua exteriorização, a Natureza tem sido utilizada ideologicamente para justificar os eventos de interesse econômico, como aos relacionados à produção agrícola: nos anos de safras “normais”, principalmente quando alguns parâmetros favorecem ainda mais o rendimento, a Natureza é vista momentaneamente como virtuosa; ao contrário, em períodos de anomalia pluviométricas (períodos secos ou tendendo a secos), com implicações na produção, é vista como hostil. Nesse caso, as quebras de

safras acabam sendo socorridas pelas instituições financeiras, via Estado, que não recebem compensações nas safras favoráveis.

Como se mencionou anteriormente, esse processo de ideologização da Natureza começa com Kant (1724-1804), quando atribui o lugar do juízo, "eu penso", no início da crítica que dirige à substancialidade do "eu pensante" e indica tal conceito como "presente em todo pensamento e independente de toda experiência", ou seja, uma mera condição lógica e não ontológica, leva a uma nova posição sobre o sujeito a ser considerado. Examinar tal virada a favor de uma não-ontologia operada pela letra do texto kantiano, é condição para entender como emerge uma subjetividade em sua filosofia. Porém, a liberação ontológica operada por Kant não é no mínimo ambígua, pois ele permanece preso inquestionavelmente à concepção de "subjetividade" tal como Descartes.

A ciência moderna, passa assim a se caracterizar como instrumento de legitimação do sistema vigente, uma vez que a filosofia idealista, onde o positivismo e suas derivações constituem as articulações de uma lógica formal, respondem pela elaboração de uma consciência social alienada. Isso ocorre com a própria ciência geográfica, que nasce de uma epistemologia dual, patrocinada pela desarticulação dos componentes naturais (relevo, clima, vegetação...) e sociais (população, circulação, economia...). Nesse contexto, a Geografia acadêmica assume a roupagem da "neutralidade" científica, desconsiderando os dois únicos caminhos da lógica: formal e dialética. Permanece portanto, uma contradição da natureza real, que incorpora a separação entre o humano e o não-humano. Tal subjugação acaba manifesta em todo conhecimento científico, que acaba diferenciando o trabalho intelectual, que discute 'como fazer', do trabalho manual, responsável pela materialização da produção. Mais uma vez tem-se a pesquisa subjugada aos interesses do capital, muitas vezes financiada pelas próprias relações de produção ou até mesmo pela superestrutura, que mantém estreita relação de interdependência com o sistema.

Ideologização da Natureza, o inconsciente coletivo e a percepção

Retomando Santos (1992, p.7), "num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador", a natureza mediatizada assume relevância na criação do domínio mental. É nesse contexto de falsificação ou ocultação do significado da

história que levam a duvidar do próprio fundamento de certos discursos, como as questões relacionadas às mudanças climáticas.

Mesmo considerando as mudanças como perigo iminente, o que não deixa de ser um “terrorismo da linguagem” (Lefebvre, 1991), considerando o efeito da Natureza midiaticizada (Santos, 1992), sua extensão deve ser considerada no tempo e no espaço, encontrando-se numa relação direta à intensidade e frequência das intervenções do homem. Assim, é natural que esses efeitos são mais sentidos em uma escala local, sobretudo nas grandes metrópoles, onde as intervenções são mais expressivas. Nem sempre as anomalias constatadas, geralmente catastróficas, como as assistidas nos últimos tempos, devam ser atribuídas às mudanças climáticas. Trata-se, em parte, de informações massificadas, sem um critério científico, que acabam contribuindo para a formação do inconsciente coletivo, dando guarida a especulações do mercado ou resultando em denúncia a eventual “inépcia” dos poderes constituídos¹¹.

A percepção, que também pode ser definida como impressão ou intuição, nem sempre está associada a referências concretas. Isso em função da intensidade das notícias que vão sendo impregnadas no inconsciente, nublando comparações com a sucessão de tempos pretéritos. Por exemplo, a questão das mudanças climáticas, para explicar os eventos catastróficos da atualidade, ao mesmo tempo em que reforçou o conceito de Natureza hostil, agora parcialmente atenuada por lembrar o homem sujeito causal, passa a desconsiderar os fenômenos do passado, que não deixam de ter relevância no conceito da compreensão das anomalias, abandonados em função dos interesses do novo projeto ideológico. É uma percepção de influência midiática e imediata.

Cita-se aqui a especulação perceptual sobre a deficiência pluviométrica nos quadrimestres mais chuvosos em Goiânia-GO (novembro/fevereiro). Caseti (2020) realizou levantamentos pluviométricos no período de 1949-2014 e constatou que não houve redução no volume de chuvas tanto nos anos considerados quanto nos respectivos quadrimestres¹². Praticamente não foram constatadas correlações entre os eventos associados às variações na TSM, Pacífico Equatorial (El Niño, La Niña), nos registros

¹¹ No liberalismo prevalece a forte crítica à ineficiência do Estado para a concessão de privilégios ao mercado “virtuoso”, que ideologicamente manipula a sociedade para a obtenção das benesses da privatização forçada do patrimônio público, ou ainda, culpabilizá-lo pelo “passivo ambiental.

¹² O que se percebe é um certo deslocamento do calendário quadrimestral mais chuvoso, com tendência de prevalecerem nos meses de dezembro a março.

das anomalias pluviométricas quadrimestrais. O que se constatou foi uma certa redução no número de dias de chuva, praticamente sem alteração no volume total quadrimestral, levando a inferir aumento na intensidade pluviométrica, embora mantida a condição de normalidade em 60% dos registros.

Com a tendência das mudanças climáticas no globo, grande parte das anomalias registradas são atribuídas a uma Natureza hostil, desconsiderando as condições impostas pelos atributos socioeconômicos. Como exemplo, o solapamento de falésias pela ação marinha, com impactos sobre edificações condominiais acaba sendo atribuído aos “azares da natureza”, desconsiderando a ação espontaneista das incorporadoras e seus conglomerados, que em função das condições econômicas, exercem forte pressão sobre as instituições políticas para a utilização de espaços nobres que deveriam ser destinados à preservação¹³. O passivo e respectivos transtornos econômicos acabam sendo custeados em grande parte pelo poder constituído.

Em uma situação contrária, as ocupações de áreas de risco pela população pobre, permitidas ou consentidas pela estrutura vigente, diante das anomalias pluviométricas acabam sendo alvos de verdadeiras tragédias. Nesse caso, atribui-se ao uso inadequado das áreas afetadas como “azares da natureza”, tudo em uma perspectiva neomalthusiana, que tem por fim, favorecer o equilíbrio do excedente do exército de reserva, mencionado anteriormente.

Resultados sistematizados por Casseti (2024) em Goiânia, permitiram concluir, através de imagens termais para o município (2002-2011), que enquanto a região central, nobre, apresentava temperaturas médias das máximas entre 32° e 36°C, na seção periférica, ocupada por uma população de menor poder aquisitivo, ficou entre 36° e acima dos 38°C, permitindo-se inferir sobre a utilização dos materiais de construção, com destaque para os tipos de cobertura. Enquanto na região nobre, mesmo mais adensada, são utilizadas coberturas com telhas cerâmicas ou dotadas de isolantes térmicos, na periferia, via de regra, são de fibrocimento e aço galvanizado, demonstrando claramente o elevado índice de absorção do ultravioleta e a elevada refletância do infravermelho. Isso significa que em eventual mudança climática efetiva, com aumento das temperaturas,

¹³ Exemplo foi o depoimento do ex-presidente do Sinduscon-JP: “todas as obras executadas na orla de João Pessoa estão irregulares” (Espaço ecológico: 11/03/2024)

os pobres é que sofrerão as maiores consequências, não só pelas condições de moradia, como também pela impossibilidade de atenuar tais efeitos.

No levantamento foram identificados ainda os pontos de alagamento ou inundações no período de 2002-2007, estabelecendo relação direta com os fundos de vales da capital, ocupados pela população pobre. São essas áreas de risco destinadas a população desprovida de recursos que sofrem as consequências.

Outra questão associada às anomalias pluviométricas e que são entendidas como “azares da natureza”, refere-se aos deslizamentos de massa, que assumem relevância nas áreas de relevo mais acidentado, a exemplo dos “mares de morros” do litoral sudestino, ou desmoronamento de barreiras (falésias) no litoral nordestino, onde tais “fenômenos” recorrentes, implicam destruição e morte da população, sempre pobre, pretos ou quase pretos. São espaços de risco, que alterados pelo processo de ocupação, como cortes de talude, acabam gerando desequilíbrio de vertentes pela ruptura do limiar de sustentação, com consequentes escorregamentos de massa ou desmoronamentos. Mesmo não existindo problemas recorrentes de deslizamentos de massa no município de Goiânia, dada a moderada movimentação topográfica, alguns fenômenos ocorrem em remanescentes estruturais, decorrentes de intervenções tecnogênicas, como cortes de talude ou ressaltos topográficos em formações superficiais vulneráveis à erosão remontante do fluxo pluvial, geralmente associado ao “*piping*”. Tais ocorrências, com raras exceções, geralmente se dão em setores periféricos, ocupados pela população pobre, conforme foi constatado.

Lembrando Marx e Engels (2001), em *A ideologia alemã*, as forças produtivas, fundadas no homem, natureza e técnica, tem como precursor o homem, que sob a pressão do capital, promove a tecnificação da ciência para a apropriação e domínio pleno dos recursos da natureza. Em tais circunstâncias, essas forças produtivas, se não superadas por meios de produção humanizados, podem se converter em forças destrutivas.

As intervenções crescentes no equilíbrio da natureza, colocam em risco a própria existência humana, sobretudo dos “descartáveis”, em uma perspectiva malthusiana.

FINALIZANDO

Como adverte Santos (1992, p.10), o papel das tecnociências se torna avassalador e isso pode ser sentido nas próprias instituições de ensino, o que vale também para a Geografia, onde as disciplinas que apresentam soluções técnicas, “as reclamadas soluções práticas, recebem prestígios de empresários, políticos e administradores e desse modo obtém recursos abundante para exercer seu trabalho”. Essas diferenças acabam sendo percebidas pelas disparidades dos meios, como as próprias estruturas laboratoriais, além de promover o encastelamento pessoal com forte tendência de ocuparem os postos de comando. Essa racionalidade perversa leva ao risco de “uma ação sem pensamento sobre um pensamento desarmado”. Santos (1992, p.9-10) continua:

“Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pelos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a natureza servil? Na verdade, é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não se querem dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não tem sentido”.

Para Michelet (1831, p.11): a natureza continua a mesma, enquanto todos os dias o homem leva alguma vantagem sobre ela”.

Como lembra Heisenberg (1980, p.28):

[...] O objetivo dessa ciência é, antes, das relações entre homens e natureza, a rede das relações pelas quais nós, como seres vivos dotados de corpo, somos parte dependente da natureza, e, ao mesmo tempo, como homens, a tornarmos objeto do nosso pensamento e da nossa acção.

Isso é válido também para a Geografia, que carece de superar essa submissão intelectual, assumindo uma tarefa a ser fundada em uma ideologia crítica. Hoje, se não enfrentar a ideologia da nova ordem mundial, que mascara a realidade com um discurso midiático de “sustentabilidade”¹⁴, cada vez mais estará o homem suscetível desse processo ameaçador de sua própria integridade. Perdendo a Natureza sua substância, o

¹⁴ Investimentos emblemáticos no Fundo Amazônia, redução do CO₂, incentivo a tecnologias “limpas”... nada mais são que justificativas para mostrar a preocupação do sistema de produção para com o meio ambiente, sem, contudo, deixar de produzir de forma desordenada, gerando grande excedente de resíduos e seres humanos descartáveis, sem deixar de promover guerras para manter seus respectivos domínios econômicos territoriais, sem deixar de intensificar as ações na natureza, em nome de um sistema ilimitado.

homem perderá a sua natureza, o que exige, urgentemente, uma reflexão mais profunda e atitudes mais objetivas.

Para Michelet (1856), a harmonia do mundo apenas se torna completa quando o homem realiza a sua função na cadeia dos seres: “A pacificação e o comício harmônico da natureza viva”.

REFERÊNCIAS

- BACON, F. **Novum organum**. Philosophie des sciences, 1857.
- Bergman, M. Tudo que é sólido desmancha no ar. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. S. Paulo: Cia das Letras, 1982.
- BORNHEIN, G. O homem não é um ser Natural. **Ambiente**, v. 4, n. 1, p. 7-12, 1990.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1983.
- BRANCO, J. M. de F. **Dialéctica, ciência e natureza**. Lisboa: Ed. Caminho, 1989.
- CASSETI, V. **Anomalias meteorológicas e ocupação humana: Geomorfologando**, 2024. Disponível em: <https://sites.google.com/view/geomorfologando/in%C3%ADcio>.
- CASSETI, V. **Contra a correnteza**. 2009. Disponível em: <https://sites.google.com/view/geomorfologando/in%C3%ADcio>.
- CASSETI, V. **Variações pluviométricas em Goiânia-GO: 1949-2014: Geomorfologando**, 2020. Disponível em: <https://sites.google.com/view/geomorfologando/in%C3%ADcio>.
- DARWIN, C. **A origem das espécies por meio da seleção natural**. Trad André Camos Mesquita. São Paulo: Ed. Escala, 2009.
- DESCARTES, R. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 2000, 335p.
- ENGELS, F. **A dialéctica da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FOLTZ, B. V. **Habitar a terra: Heidegger, ética ambiental e a metafísica da natureza**. Lisboa: Piaget, 2000.
- GARÇÃO, E. S. B. A relação homem-natureza segundo Hans Jonas. In: VI Colóquio Internacional de Educação Contemporânea. São Cristóvão - SE, 2012. **Anais [...]**. São Cristóvão - SE, 2012. p. 1-11.
- GOETHE, J. W. von. **Fausto**. Trad. Agostinho D'Ornellas. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.
- GORRESIO, Z. Da natureza e do inconsciente coletivo. **Revista da Soc. Bras. Psicologia Analítica**, v. 35, n. 2, p. 59-68, 2017.
- HABERMANS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa:70, 1968.
- HEIDEGGER, M. **An introduction to metaphysics**. Yale: Yale University Press, 1959.

- HEISENBERG, W. **A imagem da natureza na física moderna**. Trad. J. I. Mexia de Brito. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 1980.
- HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1989, 503p.
- JONAS, H. **O Princípio vida: Fundamentos para uma biologia filosófica**. Trad. Carlos Almeida Pereira. Petrópolis, RJ. Ed.: Vozes, 2004.
- JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (Obras completas de C. G. Jung, v. 9/1).
- JUNG, C. G. **A dinâmica do inconsciente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. (Obras completas de C. G. Jung, v. 8).
- JUNG, C. G. **The visions seminars**. Zürich: Spring, 1976.
- Kaufmann, W. Nova Iorque, Anchor Books, 1962
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1991.
- MacNeicede, L. Nova Iorque, Oxford University Press, 1961
- MALTHUS, T. M. **Essay on the Principle of population**. New York: Dutton, 1961.
- MARKOVIC, M. Verbetes: Natureza humana. In: **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1983.
- Marlowe, C. The tragical history of the life and death of Doctor Faustus. The Norton Anthology. New York/London: W.W.Norton & Company
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Vol. I. Trad de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MAZZARI, M. V. Alegoria e símbolo em torno do Fausto de Goethe. **Literatura, Estudos Avançados**, v. 29, n. 84, p. 227-304, 2015.
- MICHELET, Jules. **Introduction à l'histoire universelle**. Paris: Hachette, 1831
- MICHELET, Jules. **L'oiseau**. Paris: Hachette, 1856.
- Michelet, J. *Histoire de France*. Paris: Des Equateurs, 2013.
- PRESTIPINO, G. **El pensamiento filosófico de Engels**. México: Siglo Veintiuno Ed, 1977.
- PRIGOGINE, I. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Edit. UNESP, 1996.
- REGNER, A. C. K. P. O conceito de natureza em A origem das espécies. **Dossiê Darwinismo, História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 8, n. 3, p. 689-712, 2001.
- ROLDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Trad. Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Ed. Uerj: Contraponto, 2001.

SALATIE, J. R. **Pós-kantianos** – Fichte, Schelling e o idealismo alemão. São Paulo: UOL-Educação, 2008.

SANTOS, M. **1992: a redescoberta da natureza**. Aula inaugural da FFLCH-USP, FFLCH-USP, 1992.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SCHELLING, F. W. J. von. **Ideias para uma filosofia da natureza**. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2001.

SMITH, A. **Riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

WEBER, M. **Interpretação racional e causalidade histórica**. Tradução Artur Morão. Covilhã: Lusosofia, 2010. (Textos clássicos de filosofia).

YOUNG, R. M. Verbetes: Natureza. *In*: **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1983.

Recebido em março de 2024.

Revisão realizada em maio de 2024.

Aceito para publicação em junho de 2024.